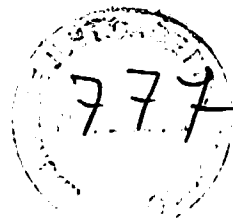




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº:
0000009-29.2005.8.17.0780 (0200718-1)**

COMARCA: ITAPETIM
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADOS: JOSÉ LEITE DOS SANTOS e JOSÉ ROGÉRIO
SOUSA SANTOS
ADVOGADO: DR. MÁRIO JOSÉ SOARES COSTA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA
SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

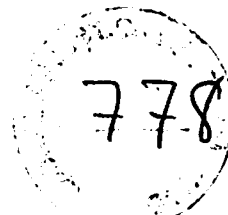
EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE AMBIGUIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE TAIS VÍCIOS. PROVAS DOS AUTOS DEVIDAMENTE ANALISADAS NO ACÓRDÃO ATACADO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA SUFICIENTEMENTE APRECIADA. MEIO PROCESSUAL IMPRÓPRIO. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Embargante não logrou demonstrar a existência de quaisquer dos vícios que autorizam a oposição dos aclaratórios, previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, uma vez que o acórdão recorrido tratou integralmente das provas e alegações existentes nos autos, apresentando fundamentos suficientes para o provimento da apelação interposta pelo Ministério Público.
2. A pretensão do Embargante, na realidade, decorre de mero inconformismo com o resultado do julgamento da apelação, que foi a ele desfavorável, razão pela qual pretende ver modificado o entendimento ali manifestado, sendo certo, contudo, que os embargos de declaração não são a via apropriada para a rediscussão de matéria sobre a

cf 7



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



qual o órgão julgador já firmou nítido e claro posicionamento.

3. Aclaratórios rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

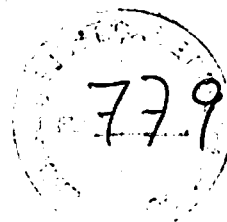
Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos de Declaração na Apelação Criminal nº 0000009-29.2005.8.17.0780 (0200718-1)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em rejeitar Embargos de Declaração**, nos termos do relatório, votos e ementa constantes das notas taquigráficas anexas, as quais, integram o presente aresto.

Recife, 25/09/2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº:
0000009-29.2005.8.17.0780 (0200718-1)**

COMARCA: ITAPETIM
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADOS: JOSÉ LEITE DOS SANTOS e JOSÉ ROGÉRIO
SOUSA SANTOS
ADVOGADO: DR. MÁRIO JOSÉ SOARES COSTA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA
SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

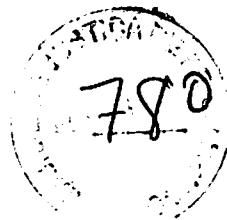
RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração interpostos por **José Rogério Sousa Santos**, em face do acórdão desta Terceira Câmara Criminal, que, à unanimidade de votos, deu provimento à Apelação Criminal nº 0200718-1 (fls. 714/715), interposta pelo *Parquet*, e declarou extinta a punibilidade do acusado José Leite dos Santos, em decorrência de óbito, bem como determinou a submissão do ora Embargante a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, acolhendo, por fim, o pleito de desaforamento para uma das Varas do Júri da Capital.

Da exordial, infere-se que o embargante busca com os presentes aclaratórios sanar alegada contradição e ambigüidade do acórdão originário, alegando que a decisão "*elevou meras e obscuras conjecturas de parcialidade dos jurados, sem qualquer contexto fático probatório, a uma condição que permitiu que fosse deferida a excepcionalidade da medida de desaforamento pleiteada, em contradição com a doutrina pátria.*"



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Acrescenta que o acórdão atacado supervalorizou as razões de apelação oferecidas pelo Ministério Público, em detrimento da verdade real.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, pela Douta Procuradora Eleonora de Souza Luna, ofereceu contrarrazões às **fls. 769/773**, pugnando pela rejeição destes aclaratórios, confirmando-se, na íntegra, o acórdão embargado.

É, em síntese, o relatório.

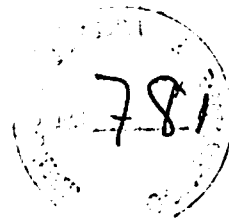
Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

Recife, 25 / 09 / 2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº:
0000009-29.2005.8.17.0780 (0200718-1)**

COMARCA: ITAPETIM
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADOS: JOSÉ LEITE DOS SANTOS e JOSÉ ROGÉRIO SOUSA SANTOS
ADVOGADO: DR. MÁRIO JOSÉ SOARES COSTA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Antes de adentrar no mérito recursal, e a fim de explicar o cerne da presente controvérsia, cabe salientar que o ora Embargante foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, no dia 12/06/2008, tendo sido absolvido do crime pelo qual fora pronunciado, previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal (homicídio simples), por acolhimento da tese de negativa de autoria.

Inconformado, o Ministério Público apelou da decisão dos jurados, e a tal recurso esta Terceira Câmara Criminal deu provimento em sessão havida no dia 06/08/2013, a fim de ser o apelado, ora Embargante, submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

Visto isso, da análise do acórdão guerreado, observo que ele não apresenta vício algum de omissão, contradição, ambigüidade ou obscuridade, tendo sido ali apreciadas, de forma detalhada, todas as provas relevantes que instruem os autos.

Da leitura dos votos proferidos por este relator e pelo revisor, Des. Nivaldo Mulatinho Filho, percebe-se que, após a demonstração da

*CF*³



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

782

materialidade – seguindo-se o fluxo natural do processo, que parte da acusação para a defesa –, foram analisados os depoimentos que embasavam a tese do Ministério Público, incluindo as testemunhas que presenciaram o fato criminoso e o descreveram com riqueza de detalhes.

Em seguida, ao contrário do que sustenta o Embargante, analisaram-se os elementos trazidos aos autos pela defesa, tecendo-se comentários concretos e precisos sobre as declarações do ora recorrente, bem como da testemunha defensiva, Sebastião Marcelo de Lira Ramalho, que asseverou ter inclusive ouvido comentários que ora apontavam o falecido corréu José Leite como autor dos disparos, ora apontavam o Embargante como autor do homicídio.

Não bastante, o acórdão cuidou de explicitar que a prova pericial realizada durante a exumação do corpo da vítima, apontou que foram encontrados dois projéteis de arma de fogo, **de calibres diferentes**. *"Submetidos a exames periciais, concluiu-se que um dos projéteis era de calibre .40", ou seja, compatível com a arma funcional utilizada pelo Recorrido"* (fl. 721/722).

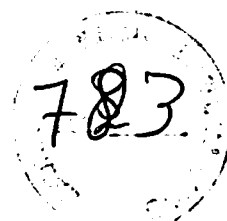
Desse modo, após serem considerados todos os elementos probatórios que instruem os autos, finalizou este relator, no que foi acompanhado pelos demais integrantes da Câmara, afirmando:

"Assim, diante do exposto, não há negar que, malgrado a existência de duas teses, a segunda delas mostra-se incompatível com o acervo probatório presente nos autos. Afinal, ao passo que a versão do Ministério Público afigura-se consoante e harmônica com os depoimentos, permitindo a reconstituição do fato criminoso, a versão isolada do réu carece de

CF 4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



verossimilhança, haja vista que não se coaduna com o sistema de provas, distanciando-se da verdade real.

Forçoso é concluir, destarte, que, ao acolher a tese de negativa de autoria, o júri proferiu veredicto sem respaldo nas provas produzidas, porquanto as meras declarações do réu não parecem suficientemente fortes para desmerecer o valor dos demais elementos que dos autos constam." (fls. 723/724)

Assim sendo, constata-se que o acórdão recorrido tratou integralmente das provas e alegações existentes nos autos, apresentando fundamentos suficientes para o provimento da apelação interposta pelo Ministério Público.

Forçoso é concluir, então, que o Embargante não logrou demonstrar a existência, no acórdão vergastado, de quaisquer dos vícios que autorizam a oposição dos aclaratórios, expressamente previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, a saber: ambiguidade, obscuridade, contradição e omissão.

Tanto é assim que, nas razões dos embargos, o Recorrente sequer aponta, concretamente, quais as provas que entende não terem sido analisadas. Limita-se a arguir, de forma genérica e infundada, que as provas em favor da defesa não foram apreciadas totalmente, o que não é verdadeiro.

Em realidade, a pretensão do Embargante decorre de mero inconformismo com o resultado do julgamento da apelação, que foi a ele desfavorável, razão pela qual pretende ver modificado o entendimento ali manifestado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

784

É certo e inquestionável, contudo, que os embargos de declaração não consistem na via apropriada para a rediscussão de matéria sobre a qual o órgão julgador já firmou nítido e claro posicionamento.

Nesse sentido, verifique-se o seguinte julgado, da lavra do STJ:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (art. 619 do CPP). (...) 3. Embargos de declaração rejeitados."¹

Diante do exposto, inexistindo os vícios apontados, voto pela **rejeição dos presentes embargos.**

Recife, 25/09/2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

¹ STJ, EDcl no AgRg na APn 322/RR, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Corte Especial, DJ 07/08/2006.